



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE POSSE- IPREM-POSSE GESTÃO 2016 – 2019.

O COMITÊ DE INVESTIMENTO FOI INSTITUÍDO PELA PORTARIA MPS MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 519/2011, POSTERIORMENTE ALTERADA PELA PORTARIA MPS Nº 440/2013.

EM SANTO ANTONIO DE POSSE, O COMITÊ FOI ESTABELECIDO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 2945/2013. ALTERADO PARA DECRETO Nº 2973/2014.

Aos Vinte e três dias do mês de Maio de 2016, às 10:00 horas, no gabinete da Presidência do IPREM-POSSE, situado ,Rua Aurélio Sia ,73-Jd.Luciana , em Santo Antonio de Posse/SP, iniciasse a reunião do Comitê de Investimentos. **1. MEMBROS PARTICIPANTES:** Sr.^a Aparecida Gino, Sra. Marlene Maria Vieira Bassani, Sra. Jane Jaqueline Moreira Rossetto, Sr. Edgar Roberto de Lima(faltou) e a Sra. Monica Aparecida Domingos de Lima(faltou).

2- 2. Extrato das aplicações em Abril/2016: saldo do Instituto é de **R\$ 34.622.877,06** (trinta e quatro milhões seiscentos e vinte e dois mil oitocentos setenta e sete reais e seis centavos). Os **ganhos com juros** das aplicações financeiras no mês de Abril foram de **R\$ 229.270,36**(duzentos e vinte e nove mil duzentos e setenta reais e trinta e seis centavos) .



3- Entregue cópia do Resumo Financeiro- 2º trimestre de 2016.

4-Apresentado as laminas do Bancos:

-BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRFM-1 TITULOS PUBLICOS

-BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA2 TÍTULOS PUBLICOS

-CAIXA FI BRASIL IRFM-1 TITULOS PUBLICOS

-ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI

5- SUGESTÃO =Nova sugestão de alocação para os RPPS

Com a inflação dos últimos meses um pouco mais amena que o esperado, foi criado um consenso no mercado financeiro, aparentemente já precificado de que, após quase quatro anos, a taxa Selic, hoje em 14,25% ao ano, pode iniciar a trajetória de queda. A dúvida é quando e com qual velocidade a taxa será cortada. Em pronunciamento recente, o novo presidente do BC, que ainda deverá ser sabatinado pelo Senado, disse que “já se observa queda da inflação presente e as coletas de preços de curtíssimo prazo indicam continuidade do processo num futuro próximo. A pior recessão da história e a conseqüente queda forte das vendas, tirou a capacidade de reajuste de preços da economia. Assim, em algum momento, o BC deverá reduzir os juros, ratificando essa trajetória de queda da inflação, provavelmente ainda este ano. Mas não é o caso de reduzir imediatamente os juros, com o risco de sancionar otimismo exagerado no mercado. Importante garantir antes a desinflação”.

Consideradas a atual taxa Selic e um IPCA de 7% neste ano, conforme o último Relatório Focus, o Brasil é um dos maiores pagadores de juros reais do planeta. Descontada a inflação, ele supera os 6,7% ao ano. Mesmo com a expressiva queda das taxas prefixadas e pós-fixadas, ocorridas a partir do mês de março último, ainda há um espaço gigantesco de queda para que nos aproximemos, no médio prazo, das taxas praticadas internacionalmente. Readquirida a estabilidade econômica e a retomada dos bons fundamentos, esse é um caminho inexorável.

Muito embora ainda tenhamos que aguardar o desenrolar dos fatos, já nos permitimos realinhar as expectativas para um cenário otimista. Dessa forma, nos sentimos confortáveis em sugerir o alongamento das aplicações em renda fixa, conforme o discriminado a seguir. Importante destacar que o alongamento das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar certa volatilidade.



Assim, em relação ao total das aplicações, recomendamos uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMA-B Total (cuja composição historicamente equivale a 35% do IMA-B 5 e 65% do IMA-B 5+), 30% para os vértices médios (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDkA 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo CDI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção da carteira.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDIC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Para os 10% direcionados para o mercado de ações, sugerimos a mesma estratégia de entrada paulatina, já que o cenário esperado é o mesmo que prevalece no alongamento das posições em renda fixa.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

6-APROVAÇÃO DAS APLICAÇÕES:

Repasse mês base Abril/2016 - Data do depósito:20/05/2016, Valor R\$371.168,13, Pagamento Prefeitura, SAAEP, R\$5.172,68 depositado em 20/04/2016, Câmara valor de R\$ 22.439,39, depositado em 29/04/2016. DESPESAS DIRVERSAS, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS + FOLHA DE PAGAMENTO+CONVÊNIO ODONTOLOGICO. SALDO LIVRE PARA APLICAÇÃO R\$60.000,00.

Fundo	CNPJ	Aplicação	Resolução
Caixa Econômica Federal: CAIXA FI BRASIL IRF M1 TP RF LP	10.740.670/0001-06		Art.7º, inc., I alínea a e b.
Bradesco IRFM1 Títulos Públicos	11.484.558/0001-06		Art.7º, inciso I alínea a e b.
Itaú Soberano IRFM1 Títulos Públicos	08.703.063/0001-16		Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco do Brasil IDK2	13.322.205/0001-35	60.000,00	Art.7º, inciso I,



Títulos Públicos			alínea a e b.
Banco Cooperativo SICREI IRF M1	19.196.599/0001-09		Art.7º, inciso I, alínea a e b
TOTAL		60.000,00	

7-ECONOMIA =A nova equipe econômica

Com destacada atuação, tanto no segmento bancário privado, quanto na chefia do Banco Central do governo Lula, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, goza de elevada reputação e credibilidade, nos mercados financeiros e de capitais do país e do exterior. Nas entrevistas que já concedeu, deixou clara a prioridade da contenção do crescimento das despesas públicas, principalmente com a Previdência Social, que tem de ser auto-sustentável. Declarou que, em um primeiro momento, não estão previstos e nem descartados aumentos de tributos para recompor a arrecadação federal e que os programas sociais serão mantidos, mas sofrerão avaliação forte e cuidadosa.

Como titular do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi escolhido o Senador Romero Jucá, dono de vasta experiência política e profundo conhecedor do orçamento público.

Como secretário-executivo do Ministério da Fazenda foi escolhido Tarcísio Godoy, que já ocupou o mesmo cargo na gestão do ex-ministro Joaquim Levy, além de já ter exercido o cargo de Secretário do Tesouro Nacional. Para a presidência do Banco Central foi indicado Ilan Golfajn, economista-chefe do Banco Itaú Unibanco, que além de já ter sido Diretor de Política Econômica do BC, também trabalhou no Fundo Monetário Internacional – FMI. Marcelo Caetano, será o Secretário da Previdência, Carlos Hamilton de Araújo o de Política Econômica e Mansueto de Almeida, alto especialista em contas públicas, o de Acompanhamento Econômico. Na Secretaria do Tesouro Nacional e na Secretaria da Receita Federal permanecem Otávio Ladeira e Jorge Rachid, respectivamente.

Para a presidência do BNDES foi escolhida a economista Maria Silvia Bastos Marques, executiva bem sucedida que já presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN entre 1996 e 2002.

Nossa expectativa

Não é exagero afirmarmos que, na prática, é o Congresso Nacional que assumiu o



poder, através do Executivo. A base parlamentar do novo governo repousa, a princípio, em 367 votos na Câmara e 55 no Senado. A equipe econômica, cujo primeiro objetivo deverá ser o ajuste fiscal, é formada por técnicos experientes e de reconhecida reputação.

Uma importante alteração a ser destacada, diz respeito à autonomia do Banco Central, que não mais deverá ser utilizado para objetivos eleitorais. Poderá então recuperar a sua credibilidade, como autoridade monetária e restaurar a eficiência dos instrumentos que dispõe para o controle efetivo e eficiente da inflação.

Embora o rombo das contas públicas, ainda em fase de levantamento, possa chegar aos R\$ 200 bilhões, desta feita o seu equacionamento deverá ser centrado não apenas no aumento da arrecadação, até com o eventual aumento de impostos, mas também no verdadeiro corte de gastos, inclusive com a supressão de milhares de postos de trabalho comissionados, que atendiam os interesses do governo anterior.

Com a recuperação da confiança dos agentes econômicos, passa a existir uma real situação de inversão da deterioração dos fundamentos macroeconômicos, que nos permita ancorar as expectativas inflacionárias em direção à meta do CMN e a praticar uma política monetária bem menos restritiva.

Muito embora estejamos em um segundo ano de queda da atividade econômica, em que o fluxo da riqueza gerada será fortemente negativo, o estoque dela, formado nas últimas décadas, principalmente no setor agroindustrial, coloca o Brasil numa invejável posição internacional. Apesar dos graves erros de política econômica, nos anos recentes, terem nos deixado em difícil situação, ainda contamos com um empresariado dinâmico e empreendedor.

Com o governo no rumo certo e com as reservas internacionais, ao redor de US\$ 375 bilhões, felizmente intocadas, passamos a ter real condição de recuperarmos inclusive o sonhado grau de investimento, concedido pelas agências internacionais de avaliação de risco de crédito e retirado por conta do crescimento expressivo da dívida pública e do ambiente político descontrolado. Com ele, poderíamos voltar a contar com o importante capital internacional para financiar a almejada retomada do crescimento econômico e da melhoria do bem-estar da população.

“Fonte PAR FINANCEIRA”



Aparecida Gino, Diretora-Presidente deu por encerrada a sessão desta reunião, que, após lida e aprovada, segue devidamente assinada por todos os presentes.

Sr.^a Aparecida Gino

Sra. Marlene Maria Vieira Bassani

Sra. Jane Jaqueline Moreira Rossetto